

Ajuste fiscal deve agravar recessão econômica em 99

Para especialistas, medidas afetam desempenho da atividade econômica e reprimem o consumo.

Patrícia Duarte

• SÃO PAULO. O possível aumento de impostos e os cortes nos gastos públicos que o Governo deverá anunciar até o dia 20 deverá agravar o quadro de recessão em 1999. As projeções até agora eram de que o Produto Interno Bruto (PIB) do país deveria recuar em média 1% em 1999, mas agora os novos cálculos chegam a uma perda de 3%, dependendo da intensidade do ajuste fiscal. Especialistas afirmam que essas medidas afetam o desempenho da atividade econômica, na medida em que reprime o consumo, já reduzido devido aos juros altos.

— Impostos maiores significam que as empresas terão margens de lucro mais apertadas. Elas não terão como repassar os custos para os consumidores. Não há espaço para aumentos de preços — afirma o economista-chefe do banco ING, Mauro Scheneider.

Setor privado pagará a conta no ano que vem

O ajuste fiscal que o Governo planeja fazer em 1999 — entre R\$ 20 bilhões e R\$ 25 bilhões, para chegar a um superávit primário de 2% a 3% do PIB — será sustentado mais pelo setor privado que pelo público. É essa a avaliação do diretor do Bic Banco, Paulo Mallmann, que afirma que, para reconquistar imediatamente a confiança dos investidores, a elevação dos impostos é o caminho mais rápido, minimizando o déficit público. Isso significa que os tributos mais pesados devem responder pela maior parte do ajuste

pretendido pelo Governo.

— Em novembro passado, por exemplo, o Governo dividiu meio a meio o ajuste de R\$ 20 bilhões com a sociedade. Ele não cumpriu a sua parte e não chegou aos cortes de R\$ 10 bilhões. Por isso, a recessão de 1999 poderá ser mais forte, com perda de 3% do PIB — afirma o executivo.

O mercado dá como certo o aumento da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) — passando dos atuais 0,20% para algo entre 0,25% e 0,30% — do Imposto sobre Produtos Industrializados de bebidas e fumo, do Imposto de Importação de combustíveis e da prorrogação do Imposto de Renda de 27,5% sobre os salários acima de R\$ 1.800, que deveria valer até o fim de 1999. Há quem diga também que a alíquota do IR para essa faixa de renda poderá saltar para 30%. De acordo com o economista-chefe do Lloyds Bank Odair Abate, o ganho extra com a CPMF poderá chegar a R\$ 3 bilhões ao ano. Hoje, são arrecadados entre R\$ 7 bilhões e R\$ 8 bilhões com a contribuição.

Já o tributarista Ives Gandra Martins diz que os aumentos de impostos poderão ter efeito inverso. Ele explica que, com a queda no nível de atividade, a arrecadação será prejudicada e o ganho pretendido poderá não ser atingido. Na avaliação de Gandra Martins, o Brasil já entrou numa curva decrescente de arrecadação. Com relação ao IR de 30%, o tributarista afirma que o ganho seria muito pequeno, de apenas R\$ 50 milhões ao mês. ■